



Autor
Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

**Procedimento, Sanções e
Aplicação Racional**

Área específica
Direito Público.

Trata-se de obra que aquiesce à premissa de que o Direito não pode ser dissociado da Moral e à conclusão que insere e racionaliza valores morais na atmosfera jurídica. A jurisdição constitucional, nesse sentido, cumpre seu papel e legitima-se perante o meio social, ao utilizar métodos de argumentação jurídica, os quais devem ser particularmente respeitados, no Brasil, por ocasião da análise dos atos de improbidade administrativa. Paralelamente, a Constituição não é apenas o principal texto jurídico de um Estado, dotado de força normativa e normas imperativas, já que também representa, fundamentalmente, as mais diversas linhas do conhecimento humano e é norteadada por evidente sentido axiológico. Baseada em tal contexto pós-positivista, esta obra discorre a respeito da Lei da Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e oferece, inicialmente, panorama geral do referido diploma normativo para, logo depois, especificar o objeto de estudo nas modalidades e nas sanções nela contidas. Finalmente, aponta para a necessidade de ser estabelecido procedimento tendente a apurar a efetiva ocorrência de atos ímprobos e, passo seguinte, apresenta outra contribuição, no sentido de racionalizar a aplicação das penalidades da Lei da Improbidade Administrativa, com o necessário uso da Regra da Proporcionalidade..

Áreas afins
Teoria do Direito, Filosofia do Direito, Sociologia do Direito, Direito Constitucional, Direito Administrativo e Direito Processual Civil.

Público-alvo/consumidores
Magistrados, Membros do Ministério Público, Advogados, Professores, Estudantes e operadores do Direito em geral.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10001103

Improbidade administrativa: procedimento, sanções e aplicação racional/
Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior.– Belo Horizonte : Fórum, 2017.

151 p.

ISBN: 978-85-450-0217-8

1. Direito público. 2. Teoria do Direito. 3. Direito constitucional. I. Título.

CDD 341

CDU 342

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

AMORIM JUNIOR, Silvio Roberto Oliveira de. Improbidade administrativa: procedimento, sanções e aplicação racional. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 151 p. ISBN 978-85-450-0217-8

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Rodrigo Janot Monteiro de Barros..... 13

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO 15

CAPÍTULO 2

A RENOVADA VISÃO AXIOLÓGICA DO DIREITO NA
PÓS-MODERNIDADE 17

2.1 Considerações iniciais..... 18

2.2 Direito e Moral..... 20

2.3 Moral e Valores: necessária racionalização..... 24

2.4 Modernidade, Segunda Modernidade e dever de racionalidade das
decisões judiciais 29

2.5 Racionalidade das decisões jurisdicionais 34

2.6 A Constituição: da folha de papel à força normativa..... 38

2.6.1 A folha de papel..... 39

2.6.2 A força normativa..... 41

2.7 Da constituição pura à constituição aberta..... 43

2.7.1 A constituição pura 44

2.7.2 A constituição aberta 45

2.8 A constituição pós-positivista..... 47

2.8.1 O Caso Lüth..... 49

2.8.2 O pós-positivismo 51

CAPÍTULO 3

A LEI DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, A
PROPORCIONALIDADE E O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 55

3.1 Considerações iniciais..... 55

3.2 A Lei da Improbidade Administrativa..... 56

3.2.1 Reminiscências históricas..... 56

3.2.2 A Constituição, a Lei nº 8.429/1992 e o Princípio Republicano 58

3.2.3 A natureza jurídica da ação de improbidade administrativa 61

3.2.4 As disposições normativas da Lei nº 8.429/1992..... 64

3.3 As espécies dos atos de improbidade administrativa 66

3.4 Princípios constitucionais e sopeso na Lei da Improbidade Administrativa 68

3.5 A Proporcionalidade 72

3.5.1	Características constituintes da proporcionalidade	73
3.5.2	A proporcionalidade e a Lei da Improbidade Administrativa.....	74
3.6	A Proporcionalidade e o Supremo Tribunal Federal: crítica necessária	78
3.6.1	Racionalidade principiológica e o Supremo Tribunal Federal.....	78
3.6.2	Análise e aplicação, pelo Supremo Tribunal Federal, da proporcionalidade no âmbito da prática de atos que caracterizam improbidade administrativa	83
CAPÍTULO 4.....		91
CONTRIBUIÇÕES PARA PROCEDIMENTO DELIMITADOR DA EFETIVA EXISTÊNCIA DE ATOS ÍMPROBOS E PARA RACIONALIDADE NA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES CONTIDAS NA LEI Nº 8.429/1992.....		91
4.1	Considerações iniciais.....	91
4.2	Juízo de improbidade e juízo de dosimetria das sanções descritas na Lei nº 8.429/1992: julgamento paradigmático do Superior Tribunal de Justiça.....	92
4.3	Primeira contribuição: observância de procedimento que indique a efetiva prática de ato de improbidade administrativa.....	95
4.3.1	Conceito do ato de improbidade administrativa.....	96
4.3.2	O(s) sujeito(s) ativo(s) do ato de improbidade administrativa e a necessidade de individualização de condutas	97
4.3.3	O(s) sujeito(s) passivo(s) do ato de improbidade administrativa e a necessidade de individualização do(s) lesado(s).....	101
4.3.4	A caracterização do ato como formalmente ímprobo	103
4.3.5	A caracterização do ato como materialmente ímprobo	106
4.3.6	A relação de causalidade no ato de improbidade administrativa.....	111
4.4	Segunda contribuição: parametrização das sanções fixadas pela Lei nº 8.429/1992, a partir de análise circunstanciada de seu respectivo art. 12 ...	112
4.4.1	O primeiro parâmetro do art. 12, da Lei nº 8.429/1992	113
4.4.2	O segundo parâmetro do art. 12, da Lei nº 8.429/1992.....	115
4.4.3	O terceiro parâmetro do art. 12, da Lei nº 8.429/1992	116
4.4.4	A reunião dos parâmetros do art. 12, da Lei nº 8.429/1992	118
4.5	Terceira contribuição: uso de outros critérios normativos na aplicação racional das sanções de atos ímprobos	119
4.5.1	A potencialidade lesiva do ato ímprobo no meio social.....	121
4.5.2	A aplicação da Lei nº 8.112/1990	125
4.5.3	A aplicação da Lei nº 12.846/2013	127
4.5.4	A aplicação da pena-base e das circunstâncias agravantes e atenuantes do Código Penal	129
CAPÍTULO 5.....		135
CONCLUSÕES		135
REFERÊNCIAS.....		139
ANEXOS		147